

PATRIMÔNIO CULTURAL E A ARTE INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL: IDENTIDADE E DESAFIOS NA PRODUÇÃO DE SABERES DO POVO KADIWÉU

Tatiane Martins Gomes

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Camila Benatti

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Rafael Henrique Teixeira-da-Silva

Universidade Estadual Paulista

RESUMO

Este trabalho propõe-se a realizar uma análise da importância da cerâmica indígena Kadiwéu como um componente do patrimônio imaterial, tanto no contexto dessa comunidade em particular quanto no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Para atingir esse propósito, foi conduzida uma revisão da literatura, abordando tópicos relacionados à fronteira, identidade, patrimônio cultural e aspectos históricos relacionados à comunidade alvo. Em uma fase subsequente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com quatro ceramistas Kadiwéu, abrangendo diferentes idades. Os procedimentos metodológicos utilizados tiveram o intuito de: a) compreender a importância histórica e cultural da comunidade indígena Kadiwéu no contexto de fronteira em Mato Grosso do Sul; b) Verificar qual a relevância histórica, artística e cultural da cerâmica dentro da comunidade e como se dá o seu processo de produção; c) Analisar se o registro da cerâmica Kadiwéu enquanto patrimônio imaterial pode contribuir para a valorização da cultura desse povo e para o desenvolvimento do turismo local na comunidade. A análise empreendida permitiu identificar que a cerâmica Kadiwéu desempenha um papel fundamental enquanto patrimônio cultural, tanto no âmbito de sua própria comunidade quanto no contexto mais amplo do estado de Mato Grosso do Sul. Ademais, o registro e documentação da cerâmica Kadiwéu têm o potencial de fomentar a valorização e reconhecimento dessa expressão artística e cultural, bem como de aprimorar o planejamento, gestão e produção da mesma. Concomitantemente, tal iniciativa pode contribuir para o aprimoramento da qualidade de vida desse grupo étnico por meio da preservação de sua história e cultura.

Palavras-chave: Comunidades indígenas, Patrimônio Imaterial, Fronteira, Pertencimento, Cerâmica Kadiwéu.

CULTURAL HERITAGE AND INDIGENOUS ART IN MATO GROSSO DO SUL: IDENTITY AND CHALLENGES IN THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE OF THE KADIWÉU PEOPLE

ABSTRACT

This work proposes to carry out an analysis of the importance of Kadiwéu indigenous ceramics as a component of intangible heritage, both in the context of this particular community and within the state of Mato Grosso do Sul. To achieve this purpose, a review of the literature, covering topics related to the border, identity, cultural heritage and historical aspects related to the target community. In a subsequent phase, semi-structured interviews were conducted with four Kadiwéu potters, covering different ages. The methodological procedures used were intended to: a) understand the historical and cultural importance of the Kadiwéu indigenous community in the border context of Mato Grosso do Sul; b) Verify the historical, artistic and cultural relevance of ceramics within the community and how its production process takes place; c) Analyze whether the registration of Kadiwéu ceramics as intangible heritage can contribute to the appreciation of the culture of these people and the development of local tourism in the community. The analysis undertaken allowed us to identify that Kadiwéu ceramics play a fundamental role as cultural heritage, both within their own community and in the broader context of the state of Mato Grosso do Sul. Furthermore, the registration and documentation of Kadiwéu ceramics have the potential to encourage the appreciation and recognition of this artistic and cultural expression, as well as improving its planning, management and production. At the same time, such an initiative can contribute to improving the quality of life of this ethnic group through the preservation of their history and culture.

Keywords: Indigenous communities, Intangible Heritage, Border, Belonging, Kadiwéu Ceramics.

INTRODUÇÃO

O povo indígena Kadiwéu tem uma história marcante por sua trajetória na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) – conhecida também como Guerra do Paraguai, no que diz respeito tanto à sua demarcação de terras como à compensação na luta em favor do território brasileiro. A comunidade representa grande relevância para o estado de Mato Grosso do Sul e se destaca por suas histórias com os Cativosⁱ e pelo trabalho marcante das ceramistas, em que toda a matéria prima para este artesanato é retirada do território onde vivem.

Nesse sentido, o presente estudo tem como intuito analisar a importância da cerâmica indígena Kadiwéu como patrimônio cultural imaterial desta comunidade e do estado de Mato Grosso do Sul. Como objetivos específicos pretende-se: a) compreender a importância histórica e cultural da comunidade indígena Kadiwéu no contexto de fronteira em Mato Grosso do Sul; b) Verificar qual a relevância histórica, artística e cultural da cerâmica dentro da comunidade e como se dá o seu processo de produção; c) Analisar se o registro da cerâmica Kadiwéu enquanto patrimônio imaterial pode contribuir para a valorização da cultura desse povo e para o desenvolvimento do turismo local na comunidade.

Segundo o site do Instituto Socioambiental (ISA), a Terra Indígena Kadiwéu está localizada no município de Porto Murtinho, no estado de Mato Grosso do Sul (Brasil). Bodoquena é a cidade mais próxima da Aldeia Maior (Alves de Barros, localizada em Porto Murtinho), ficando a 60 quilômetros (km) de distância; seguida de Bonito (120 km), Miranda (110 km) e Aquidauana (138 km). Contudo, a cidade de Campo Grande (310 km) é o centro urbano de maior importância estratégico-administrativa para os Kadiwéu, sobretudo por ser a capital do estado. O território Kadiwéu tem como limites naturais a oeste os rios Paraguai e Nabileque, a leste a Serra da Bodoquena, ao norte o rio Naitaca e ao sul o rio Aquidabán. É importante salientar ainda que juntamente com os Kadiwéu vivem outras etnias, como a dos Terena e a dos Kinikinau (SOUZA, 2003).

A escolha do tema de pesquisa a ser desenvolvido se justifica pelo interesse da dos autores pelas tradições, grafismos e história dos povos indígenas e por estarem numa região onde a atividade turística tem uma alta predominância. Além disso, uma das autoras é indígena da etnia Kaiwoá. Desse modo, a comunidade Kadiwéu foi escolhida pela maneira particular de se organizarem territorialmente. Portanto, pensar nas delimitações de fronteiras que foram impostas aos indígenas e as linhas imaginárias que os fazem circular em seu território, composto de outras relações culturais que intensificam suas tradições e modo de viver, despertaram maior interesse em compreender a dinâmica histórica e os aspectos culturais materiais e imateriais desta comunidade.

O presente trabalho se divide em 6 partes, sendo: 1) a primeira uma introdução, na qual consta uma breve apresentação da temática e os objetivos geral e específicos da pesquisa; 2) uma revisão teórica que buscou abordar sobre a relação entre fronteira, identidade e patrimônio cultural; 3) a metodologia de pesquisa; 4) a importância histórica e a riqueza artística e cultural do povo indígena Kadiwéu no contexto do estado de Mato Grosso do Sul, intermediada por 4 entrevistas realizadas com quatro ceramistas desta comunidade; 5) considerações finais, em que foi retomada as principais questões discutidas nessa investigação; e, por fim, 6) as referências bibliográficas que sustentaram o estudo desenvolvido.

FRONTEIRA, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL

Para além de um fato geográfico, as fronteiras são uma realidade social

(RAFFESTIN, 2005). Os espaços fronteiriços são caracterizados por territórios e territorialidades distintas, que simultaneamente se coabitam e se divergem. Nesse cenário coexistem culturas, tradições e modos de vidas particulares que formam as identidades dos lugares e dos grupos que vivem nas regiões de fronteiras.

A fronteira, portanto, é bem outra coisa e a história não pode ser interpretável sem ela, pois as sociedades sempre foram definidas pelas fronteiras que elas traçam. Elas acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações. (RAFFESTIN, 2005, p. 12).

A análise das áreas de fronteiras deve levar em consideração a formação cultural e identitária da população local, com o objetivo de compreender as suas tradições e práticas históricas e culturais (SAHLINS, 2000). “Em outros termos, as fronteiras compreendem redes de relações e de influências sociais, culturais e políticas que transcendem os espaços locais para abranger contextos nacionais e internacionais mais amplos” (BANDUCCI Jr., 2011, p. 10).

Viver em cidades fronteiriças faz com que o indivíduo tenha essa percepção das diferenças culturais, religiosas, gastronômicas, de língua e conviva com essas diferenças, que podem ser em alguns momentos harmoniosas e em outros conflituosas. Segundo Grimson (2000, p. 9), “frontera fue y es simultaneamente un objeto/concepto y um concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas”.

Residir em espaços fronteiriços pode denominar a passagem de um tempo, uma transição de culturas que influenciam o modo de viver de um povo, sendo que ao mesmo tempo que se adaptam a um tipo de realidade, num outro momento, aquela realidade idealiza outras culturas e pertencimentos, pois está constantemente em transição.

Um das formas de poder analisar as fronteiras é através dos povos que vivem nela. No caso das fronteiras de Mato Grosso do Sul, nosso campo de estudo, além de paraguaios, brasileiros e bolivianos, residem também várias comunidades e etnias indígenas.

[...] nestas regiões é possível identificar intercâmbios e a fronteira é espaço abstrato devido à ausência de obstáculos físicos, a linha demarcatória praticamente não existe: são as chamadas fronteiras secas, a maior parte área aberta e desprotegida (OTA, 2011, p. 1).

As fronteiras dão uma dimensão de uma linha invisível para os povos indígenas, onde os mesmos sempre transitaram, e por conta de guerras, políticas, acordos, mudam os aspectos territoriais, históricos e culturais, porém com as suas influências na população que ali habita, sem muitas vezes reconhecer seus legados, como a comida, a dança, as roupas, as religiosidades, inferiorizando o seu modo de viver e ser.

Na inegável complexidade da territorialidade em questão, observa-se uma reconfiguração das estruturas sociais subjacentes. Importa salientar que esse redirecionamento não implica na supressão das tensões e dos preconceitos previamente mencionados; ao contrário, ocorre uma realocação no espectro da convivência, onde a intolerância cede espaço a formas mais complacentes de interação social. A permissividade torna-se uma característica inerente ao cotidiano da região fronteiriça, de maneira mais proeminente do que em outros contextos (OLIVEIRA, 2005).

As fronteiras têm impactos na vida dos indivíduos, viver nessa ambiguidade transforma o caráter identitário e o seu sentimento de pertença; mas também revelam suas violações de direitos sobre o mesmo, quando negam ou inferiorizam, por exemplo, a língua do país vizinho, daquele povo que ali habita, seus artesanatos e costumes tradicionais. A inexistência de políticas públicas que mirem na pluralidade e agreguem as diversidades e potencialidade dessas culturas, que não abrem aos seus profissionais que atuam principalmente nas escolas, a percepção, a compreensão e a riqueza de diversidade que se constrói quando se valoriza algo que é considerado um patrimônio imaterial, como a língua, as tradições e costumes do local, respeitando suas peculiaridades.

As áreas de fronteiras formam relações sociais e identitárias específicas que se refletem em sua paisagem e em sua população. Esses elementos, muitas vezes, acabam gerando valorização de um dos países que a formam, que passa a ser assim um padrão a ser seguido, o que, por sua vez, pode desencadear na homogeneização da identidade cultural e da memória de um povo.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si. (POLAK, 1992, p. 204).

De acordo com Hall (2006), os indivíduos possuem várias identidades que vão assumindo por meio de conexões com os modos de vida e aspectos culturais com os quais têm contato ao longo de suas vidas. Nesse sentido, a identidade cultural de um povo está relacionada com características coletivas e individuais, podendo estar ligada a crenças, questões econômicas, sociais e étnicas.

Ao se pensar na identidade cultural de uma comunidade, é fundamental compreender também a sua memória. Batista (2005, p. 30) enfatiza que “a memória é um elemento essencial da identidade e contribui para a formação da cidadania”. Sob essa ótica, a memória pode ser um mecanismo para promover a autoestima e a valorização da cultura e identidade de um povo.

Nessa conjuntura está presente o patrimônio cultural que se constitui como fator da identidade cultural e da memória das comunidades, pois está atrelado a uma cultura que é compartilhada por meio de vivências e tradições (BENATTI, 2010). O conceito de patrimônio está intrinsecamente entrelaçado com a ideia de monumento histórico, uma vez que ambos convergem para a evocação do passado de uma comunidade, visando revivê-lo de maneira a suscitar sensibilização e estabelecer uma interligação inextricável entre memória e conhecimento (TEIXEIRA-DA-SILVA, 2010).

O patrimônio cultural se torna um vetor relevante quando se pensa em destinos turísticos, atraindo visitantes de todo o mundo. Isso porque os bens culturais se materializam por meio de signos e valores sociais que carregam consigo histórias únicas de sujeitos e lugares. Desse modo, o patrimônio cultural pode ser compreendido como um fato histórico, artístico e social, que deve ser resguardado, protegido e valorizado.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), definido no Decreto Lei n. 25/1937, o patrimônio histórico nacional é “o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

De acordo com Teixeira-da-Silva (2010, p. 23), foi sob essa compreensão que surge a diferenciação dos conceitos de patrimônio material e imaterial. A partir dessas circunstâncias, o patrimônio cultural passa a ser debatido e refletido de forma mais ambivalente, na qual passaram a ser discutidas suas dimensões simbólicas e intangíveis.

Segundo Pellegrini Filho (1993), uma das personalidades brasileiras que mais contribuíram para o fortalecimento do patrimônio cultural imaterial no Brasil foi Aloísio Sérgio de Magalhães, que de acordo com esse autor:

Provocou uma evolução conceitual que nos faz compreender patrimônio cultural incluindo não apenas artefatos da elite, mas também os de grupos minoritários (indígenas, negros, ciganos e outros) e os estratos populacionais não privilegiados. Realmente, na seleção e na preservação de bens representativos, não interessa exclusivamente a casa-grande mas também a senzala, não apenas as mansões de barões do café ou de primeiros industriais mas também humildes conjuntos

residenciais de colonos e de primeiros trabalhadores da indústria, bem como interessa registrar o artesanato pobre rural e urbano, as modas-de-viola, o processo evolutivo da macumba/umbanda (passando de caso de polícia para culto religioso reconhecido e até procurado pela elite), a medicina tradicional popular, a chamada arte plumária e as pinturas corporais indígenas, os movimentos reivindicatórios de operários etc. (PELLEGRINI FILHO, 1993, pp. 106-107).

Com a efetivação da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural ganha destaque e a população local passa a ser inserida no seu processo de gestão e planejamento. Para Branco (2005), com a Constituição houve uma maior compreensão e valorização no que diz respeito à dimensão imaterial do patrimônio e da cultura no Brasil, como se pode constatar no Artigo 216^a, o qual estabelece: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos de formadores da sociedade brasileira". Entre esses bens, a Constituição inclui: i) as formas de expressão; ii) os modos de criar, fazer e viver; iii) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; iv) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, v) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Dessa forma, o patrimônio cultural imaterial começa a ser discutido no meio governamental, na academia e na sociedade. No ano de 2003, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estabeleceu o patrimônio imaterial como "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (IPHAN, 2003, p. 3).

O reconhecimento de um bem imaterial é formalizado pelo Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Essa intitulação é realizada no Brasil por meio da inscrição em livros, são eles (IPHAN, 2012, p. 23):

1. Livro de Registro dos Saberes – inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Livro de Registro das Celebrações – registro de rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

3. Livro de Registro das Formas de Expressão – registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e
4. Livro de Registro dos Lugares – inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

A proposta de registro de um bem imaterial deve ser encaminhada ao Presidente do IPHAN e ao seu Conselho Consultivo, acompanhada de uma documentação técnica, composta por inventário e descrição detalhada do patrimônio a ser registrado. A partir da aprovação é realizado o registro no livro específico e o bem passa a ser intitulado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (Decreto Lei n. 3551/2000).

Portanto, o IPHAN afirma que o registro de um bem cultural

Tem como efeito a obrigação, por parte do poder público, de documentar e dar ampla divulgação a esse bem, de modo que toda a sociedade possa ter acesso a informações sobre sua origem, sua trajetória e as transformações porque passou ao longo do tempo; seus modos de produção; seus produtores; o modo como é consumido e como circula entre os diferentes grupos da sociedade, entre outros aspectos relevantes (IPHAN, 2012, p. 23).

O patrimônio cultural imaterial visa reconhecer e salvaguardar as questões intangíveis como as identidades e expressões culturais, tradições, os aspectos simbólicos e saberes de um povo. A identificação e documentação desses bens são fundamentais para a sua preservação, promoção e valorização. No documento Patrimônio Imaterial: *Disposições Constitucionais – normas correlatas, sobre os Bens Imateriais*, Alves (2012, p. 39) afirma que o patrimônio cultural imaterial é composto por: (a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; (b) expressões artísticas; (c) práticas sociais, rituais e atos festivos; (d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e (e) técnicas artesanais tradicionais.

É relevante destacar que o registro de um patrimônio imaterial deve acompanhar as orientações mundiais dos direitos humanos, buscando o respeito mútuo entre os povos, etnias e tradições (Alves, 2012). Seguindo essa linha de pensamento, é possível identificar um importante patrimônio cultural do Brasil: o patrimônio indígena. Os povos indígenas são conhecidos como os povos originais, que formam um legado cultural significativo para o país a partir de seus saberes,

tradições, expressões culturais, artísticas e sua relevância histórica na formação da sociedade brasileira.

O primeiro patrimônio cultural indígena brasileiro foi registrado em 2002 pelo IPHAN, sendo este a arte gráfica *Kusiwa* do povo Wajãpi, que vive no estado do Amapá. Esse bem de natureza imaterial foi incorporado ao Livro de Registro 3, das Formas de Expressão. Hoje existem 8 bens indígenas registrados pelo IPHAN a nível nacional (Quadro 1), são eles:

Quadro 1 – Patrimônio Cultural Imaterial Indígena Brasileiro Registrado pelo IPHAN.

Patrimônio Cultural Indígena Brasileiro	Livro de Registro	Estado	Ano de Registro
Arte Kusiva – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi	Formas de Expressão	AP	2002
Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri ⁱⁱ	Lugares	AM	2006
Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe	Celebrações	MT	2010
Saberes e Práticas Associados ao Modo de Fazer Bonecas Karajá	Saberes	GO, MT, PA, TO	2012
Ritxòkò – Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	GO, MT, PA, TO	2012
Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	RS	2014
Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	PA	2015
Caboclinho Pernambuco	Formas de Expressão	PE	2016

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados no site do IPHANⁱⁱⁱ.

Neste cenário que engloba a relevância do patrimônio indígena no contexto brasileiro, o presente trabalho buscou estudar uma comunidade indígena que vive na fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, especificamente na cidade de Porto Murtinho, conhecidos como Povo Kadiwéu. Essa etnia ficou muito conhecida por ter sido muito importante no conflito histórico da Guerra do Paraguai e pela produção de cerâmicas, onde toda a matéria prima é retirada da própria terra. Esta tradição artesanal e artística é passada de geração em geração,

com cada família tendo sua própria identidade nas pinturas, nas cores e nos símbolos.

A identidade cultural desse povo perpassa pelas influências de várias histórias de lutas, dos indígenas cavaleiros, mas, principalmente, influenciados pelo Rio Paraguai, pelo rompimento das fronteiras culturais e contemporâneas, pelas pessoas e povos que estiveram em trânsito nessa área de fronteira. Posto isto, no capítulo a seguir será apresentada as metodologias utilizadas para o desenvolvimento desse estudo.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida no presente trabalho parte de uma pesquisa de análise qualitativa, por meio de uma abordagem exploratória e não representativa. Primeiramente, foram realizadas consultas e pesquisas bibliográficas sobre o tema proposto por meio de artigos, livros, teses e dissertações para recolher os fundamentos teóricos essenciais sobre fronteiras, identidade cultural, patrimônio cultural e o Povo Indígena Kadiwéu.

Em um segundo momento, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com quatro ceramistas Kadiwéu, para compreender o processo de produção da cerâmica e a sua importância cultural e histórica para esta comunidade.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 08 e 12 de setembro de 2021. É importante salientar que houve uma certa dificuldade em realizar essas entrevistas, pois algumas ceramistas queriam cobrar um valor alto para concedê-las. No entanto, quatro delas se disponibilizaram em colaborar com a pesquisa. Para preservar a identidade dessas ceramistas, as mesmas foram identificadas por meio de números, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 2 – Identificação das Ceramistas Entrevistadas, Idade e Data de Entrevista.

Código de Identificação da Ceramista	Idade	Data da Entrevista
Entrevistada 1	54	08/09/2021
Entrevistada 2	23	10/09/2021
Entrevistada 3	34	11/09/2021
Entrevistada 4	25	12/09/2021

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A partir da investigação realizada, foi desenvolvida a reflexão e discussão se o registro da cerâmica Kadiwéu, enquanto patrimônio imaterial, poderia contribuir para a valorização da cultura desse povo e para o desenvolvimento do turismo local na comunidade.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, ARTÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE INDÍGENA KADIWÉU NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A comunidade indígena do povo Kadiwéu está localizada no município de Porto Murtinho (MS), na microrregião do Baixo Pantanal. Segundo Müller (2017), a Terra Indígena Kadiwéu é formada oficialmente por quatro aldeias: Alves de Barros, São João, Tomázia e Campina. Juntas, estas aldeias totalizam 534 mil hectares. Cada qual tem sua administração autônoma, representada por um Cacique, que é auxiliado por seu vice e por um conselho. A escolha do Cacique se dá em assembleia, quando os membros votantes da aldeia elegem sua liderança.

Os Kadiwéu são conhecidos como os indígenas cavaleiros descendentes dos Mbyá-Guaikuru, que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870) e, como recompensa do imperador Dom Pedro II, foi criado uma faixa territorial para eles. Essa reserva foi homologada somente em 1984, sendo composta pelos biomas Pantanal e Cerrado.

Os Guaikuru-Kadiwéu, em virtude das relações interétnicas estabelecidas no decorrer dos séculos, prepararam-se, sobretudo, com a arte da montaria, o que lhes permitiu participar efetivamente no conflito. No contato com os espanhóis aprenderam a domesticar e a montar cavalos. Durante a aliança estabelecida com os Payaguá, de 1719 a 1768, haviam aprendido a usar canoas. Assim, no confronto bélico desempenharam o papel de fronteiras vivas, atuando também como cavaleiros, arte na qual eram especialistas, assim como canoeiros. Foram, assim, fundamentais na tarefa de reconhecimento e patrulhamento da região pantaneira, fato que me inspira o convencimento da efetiva contribuição prestada pela nação Guaikuru ao Brasil na guerra contra o Paraguai. (Corradini, 2008, pp. 251-252).

A **Figura 1** abaixo apresenta o Mapa do Território Indígena Kadiwéu, que está localizado na fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, possuindo como limites: a oeste com os rios Paraguai e Nabileque, com a leste a Serra da Bodoquena, ao norte com o rio Neutaka e ao sul com o rio Aquidavão.

Figura 1 – Mapa do Território Indígena Kadiwéu.

Fonte: Favilla, Pires e Pereira (2019).

O povo indígena Kadiwéu ficou muito conhecido por sua importância histórica na Guerra do Paraguai e pela produção de suas cerâmicas, que se constitui como um importante legado cultural e artístico tanto para o estado de Mato Grosso do Sul, como para o patrimônio cultural brasileiro.

A escolha para o estudo específico das cerâmicas Kadiwéu se deve, sobretudo, pela relação entre tradição e sustentabilidade existente nos produtos e por fazer parte de uma comunidade que carrega uma diversidade de criações e ligações com o seu território. Como já foi explicado, para atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas com quatro ceramistas e artesãs da comunidade.

Nesse sentido, buscou-se abarcar diferentes perfis etários, para que fosse possível alcançar uma compreensão diversificada. É importante notar que as entrevistas não procuraram atingir um número representativo, mas sim possibilitar um estudo exploratório que permitisse interpretar a dimensão cultural dessas artes e pinturas indígenas. Para uma melhor averiguação e compreensão, procurou-se colher as informações por parte das artesãs sobre os processos e dinâmicas da produção e da riqueza cultural, material e imaterial dessa expressão artística.

No processo de produção das cerâmicas são usados pigmentos naturais. O barro que se encontra na barreira é o único ponto e tem as cores naturais, a modelagem, a queima, a busca do barro transformado em argila. O processo é todo natural, com duração média de três dias a uma semana para a produção,

segundo os relatos da ceramista Kadiwéu, a Entrevistada 3, que possui 34 anos de idade.

De acordo com a Entrevistada 3, cada povo tem seus costumes e formas de manifestar sua cultura, sendo uma dessas maneiras através das cerâmicas. Ela reproduz através de sua oralidade que essas manifestações artísticas culturais têm um significado histórico e de revitalização cultural, enfatizando que a cerâmica é uma forma de empoderamento das mulheres Kadiwéu, possibilitando o empreendedorismo e ratificando a importância das mulheres dentro da comunidade. A Entrevistada 3 afirma ainda que, as cerâmicas se tornaram muito mais do que utensílios domésticos.

“Cada povo tem uma maneira de inovar, e a cerâmica se tornou uma renda extra de cada mulher, dessa maneira, empoderando as mulheres Kadiwéus, assim como alguns apenas preferem expressar a arte”. (Entrevistada 3, 34 anos).

Com o passar do tempo, as cerâmicas Kadiwéu foram tomando novas formas, não sendo apenas artesanato de utensílios domésticos. Além do caraguatá^{iv} para desenhar os traços no barro, as cores tiradas da localidade é o que dá visibilidade às novas projeções, como é o caso do peixe demonstrado na **Figura 2** abaixo, o qual tem em seu corpo traços dos grafismos Kadiwéu e areia colorida, além da resina do pau santo, tudo matéria prima da Terra Indígena Kadiwéu. As cerâmicas são feitas totalmente por mulheres, não é função do homem reproduzir essa arte.

Figura 2 – Peixe - Cerâmica Kadiwéu.



Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

Em entrevista com as ceramistas Kadiwéu, foi perguntado, primeiramente, sobre qual a importância da cerâmica Kadiwéu e o que ela representava para a comunidade e para o estado de Mato Grosso do Sul; num segundo momento, buscou-se compreender como é o processo de produção dessas cerâmicas; posteriormente, foi questionado como é o processo de vendas dessas cerâmicas e quem são seus principais consumidores; por conseguinte, foi interrogado se as entrevistadas acham que se as cerâmicas fossem mais valorizadas e reconhecidas como um bem cultural, se esse fato traria algum benefício para a comunidade; e, por último, foi solicitado que descrevessem algo que considerem ser bom para a comunidade e que pudesse trazer melhorias para a mesma.

Com base nas entrevistas, identificou-se que as ceramistas aprenderam este ofício quando eram crianças a fazer as cerâmicas e que essa vivência é algo que vem da família, geralmente ensinada pelas avós, como é possível visualizar nas falas apresentadas a seguir:

“Faz muito tempo que trabalho nessa função, aprendi a moldar o barro com minha avó, fazendo utensílios, como panela, jarra, prato, mas isso foi há um bom tempo, hoje já não se usa mais, mas deu direção e identidade para minhas cerâmicas “. (Entrevistada 1, 54 anos).

“Eu via minhas irmãs fazendo e também tive interesse em aprender, e minha avó me ensinou a moldar, queimar e pintar”. (Entrevistada 2, 23 anos).

“Desde criança via as mulheres fazendo, mas aprendi a aperfeiçoar com a minha avó”. (Entrevistada 3, 34 anos).

“Olhava minha mãe moldando e pintando e ajudava ela, por isso aprendi, mas ela se inspirava na minha avó”. (Entrevistada 4, 25 anos).

As falas das entrevistadas demonstram que a cerâmica atinge sua real importância por seu significado simbólico, sendo um legado que passa de geração em geração, se constituindo como um saber histórico e cultural, tanto para a comunidade como para o estado de Mato Grosso do Sul.

É notável como o território possui uma forte relação com as pessoas que nele vivem. Além de terem um vínculo fortalecido com suas territorialidades e identidades culturais, as pinturas têm uma relevância intangível e afetiva para essas pessoas. Desse modo, as Kadiwéus passaram a usar suas pinturas em outros

materiais para além da cerâmica, como forma de difundir a cultura e ampliar novos mercados de artesãs, demarcando seus espaços por onde expõem.

A partir das respostas das entrevistadas, também foi possível compreender que a cerâmica faz parte de suas culturas desde que são crianças e que são motivadas a aprender seus grafismos como forma de fortalecimento cultural e sustentabilidade, valorizando, assim, suas tradições, resistindo e se adaptando aos produtos contemporâneos, como expansão dos costumes Kadiwéu.

As ceramistas inquiridas destacaram que as cerâmicas e os seus grafismos são importantes para a memória do estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando a diversidade de seus povos. Ademais, enfatizam que esse tipo de cerâmica e pinturas só existem no MS, sendo necessário que o poder público valorize, respalde e proteja essas comunidades, incentivando e difundindo a arte Kadiwéu para o empoderamento e autonomia desse povo.

Quando questionadas sobre como é o processo de produção dessas cerâmicas, as quatro apontam o mesmo processo: buscam o barro na barreira, tiram a sujeira, moldam, queimam, fazem os desenhos usando caraguatá e as pinturas, usando matérias primas do próprio território:

“Buscamos o barro, preparamos ele, limpamos para não ter pedra e nenhuma sujeira, o desenho é feito com linha de caraguatá, vai desenhando, seca no sol e depois queima”. (Entrevistada 1, 54 anos).

Em relação ao processo de pinturas, quase todas usam material natural, apenas uma artesã disse comprar tintas algumas vezes para utilizar:

“O processo é todo natural, tudo o que usamos é da terra, tiram da terra as cores que vão usar nas cerâmicas, assim como a resina do pau santo que e colhida no pantanal”. (Entrevistada 3, 34 anos).

Quando questionadas sobre como acontece o processo de venda e quem são os consumidores, mencionaram que em sua maioria vendem para lojistas e hotéis em cidades turísticas como Bonito, Miranda, Bodoquena e Campo Grande. Disseram também que vendem para turistas, professores, pessoas que visitam a comunidade:

“Eu vendo na cidade de Bonito para os lojistas que trabalham com turismo e em Campo Grande na casa do artesão”. (Entrevistada 1, 54 anos).

As ceramistas disseram que cada família tem o seu tipo de desenho, mas hoje muitas artesãs estão se apropriando dos mesmos, uma família copiando da outra. Por conta disso, começaram a inovar em outras produções de materiais. Hoje os Kadiwéus também fazem cestarias, trançados de palha, abanios, adornos, usando a folha do caraguatá.

Essa expressão artística tem começado a romper fronteiras através dos jovens, que vêm produzindo camisetas, bonés, vestidos e chapéus. Alguns usam jenipapo para fazer a pintura e o desenho, e, com a chegada da tinta, acabam colorindo com as artificiais, desenhando no couro ecológico com canetões que os não indígenas usam. Segundo as ceramistas, a maioria dos jovens do povo Kadiwéu trabalha com a arte.

Quando perguntadas sobre a importância da pintura e grafismo Kadiwéu, a resposta foi unânime de que a pintura para a comunidade é a salvaguarda da cultura do povo Kadiwéu, seja ela através da língua, da cerâmica ou grafismo. E ainda enfatizaram que se isso deixar de existir, eles podem ser extintos.

De acordo com o posicionamento das ceramistas, é possível assegurar essas identidades e fortalecer a arte. O estado de Mato Grosso do Sul tem usado o grafismo do povo Kadiwéu, mas as artesãs acreditam que a falta do reconhecimento e do registro dessa expressão artística acaba por permitir que sejam produzidas cópias da arte Kadiwéu, não assegurando os direitos contra o plágio e a proteção da originalidade das peças. Também relatam que a escola dos não indígenas tem que ouvir e entender outros povos, pois a educação patrimonial sobre a história dessas etnias é essencial para a sobrevivência das mesmas.

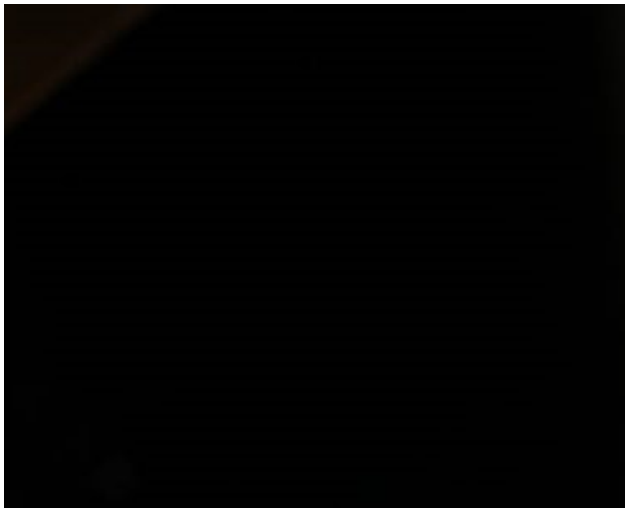
A Entrevistada de número 3, desenha o grafismo Kadiwéu em camisetas e usa de sua arte para sobreviver. Ela sinaliza os traços que aprendeu na aldeia e divulga o seu produto como forma de demarcar o espaço na cidade onde vive e também de valorizar a sua cultura. A tinta usada é comprada em loja, pois é específica para tecido, mas destaca que o valor patrimonial está na estampa e nos traços (Figura 3).

A cerâmica do indígena cavaleiro na Figura 4 também expressa um pouco da história dos Kadiwéu. Nesta foto ele foi retratado por uma ceramista para lembrar que os indígenas de seu povo lutaram na Guerra do Paraguai e tiveram uma grande importância na vitória do Brasil, com o qual foram reconhecidos como indígenas guerreiros e tiveram seu território demarcado. Esse produto foi feito com barro e pintado com areia da Terra Indígena Kadiwéu e resina de pau santo.

Na Figura 5, por sua vez, é possível observar a cerâmica da menina Kadiwéu, feita com barro, moldada, queimada e pintada com as areias e resina de pau santo da Terra Indígena Kadiwéu. Essa arte simboliza a moça e a sua pertença aos mais nobres, devido aos traços finos desenhados em seu corpo.

Figura 3 – Camiseta sendo pintada com grafismos Kadiwéu.

Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

Figura 4 – Índio Cavaleiro Kadiwéu.

Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

Figura 5: A Moça Kadiwéu

Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

Já a imagem apresentada na Figura 6 representa a arte contemporânea manifestada através do grafismo, desenhado em peças de roupas. Neste caso particular, foi pintado um vestido em que a modelo segura um vaso Kadiwéu para

demonstrar os traços de seu grafismo e a diversidade artística, em que é possível visualizar que a pintura desse povo pode se manifestar de várias formas artísticas.

Figura 6 – Grafismo Kadiwéu - vestido e o vaso.



Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

A imagem do boi na Figura 7 é mais uma expressão vinculada ao povo Kadiwéu, pois o mesmo possui criação de gado e trabalham com roça. Essa arte foi expressa numa caixa de madeira, a qual usam para entregar pequenas cerâmicas.

Figura 7 – Caixa de presente com pintura e grafismo Kadiwéu.



Fonte: Arquivo dos autores, 2021.

No contexto da última pergunta realizada às ceramistas, elas argumentaram que se as cerâmicas fossem mais valorizadas e registradas como um patrimônio cultural, elas poderiam expandir suas produções dentro e fora do seu território. Afirmaram que a salvaguarda traria mais valor ao produto, fortalecendo a autonomia e gerando renda para as mulheres da comunidade.

“O que é importante para a comunidade e tem faltado é comprador. Fazemos a cerâmica, mas não tem pra quem vender, a pandemia dificultou esse processo. Temos uma associação, mas não tem movimentação. Quando tem festival, vende bastante. Kadiwéu é um símbolo do estado, só tem no MS”. (Entrevistada 3, 34 anos).

Ao serem questionadas sobre algum benefício que o registro da cerâmica pudesse gerar para a comunidade indígena, mencionam a construção de uma casa ou espaço cultural, onde pudessem expor suas peças e receber compradores.

“Quando tem festival, vende bastante, segundo relatos de uma ceramista, os eventos e o turismo têm uma grande relevância no impacto econômico e de manifestação e divulgação das artes Kadiwéu. É um símbolo do estado. Kadiwéu só tem no MS”. (Entrevistada 3, 34 anos).

O espaço mencionado pelas ceramistas, anteriormente, poderia se tornar um local para planejar e produzir eventos e desenvolver o empreendedorismo, e, como consequência, a renda gerada a partir disso poderia ser usada para arrumar as estradas e receberem turistas e visitantes. Esses benefícios mencionados, poderiam ocasionar melhor acesso à comunidade, geração de renda, melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura e o desenvolvimento do turismo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve a pretensão de analisar a importância da cerâmica indígena Kadiwéu como patrimônio imaterial desta comunidade e do estado de Mato Grosso do Sul.

Considerando as questões abordadas sobre as cerâmicas Kadiwéu, a principal importância dessa expressão artística está ligada à sua herança cultural, que perpassa de geração em geração. Os desenhos, pinturas e grafismos utilizados atualmente têm extrapolado a cerâmica, sendo transpostos em quadros, caixas, tecidos e roupas. Portanto, na atualidade não se pode contextualizar a arte Kadiwéu apenas como cerâmica, pois ela é diversa e tem resistido através de seus grafismos, pois estes têm sido traçados também no couro, na cestaria, nas telas, nas camisetas, em acessórios, mostrando o quão forte ela simboliza o seu povo.

No entanto, a falta de valorização e registro dessa arte tem levado à produção de cópias da mesma, gerando plágio e perdendo sua autenticidade. Outra consequência advinda desse fato é a falta de um local específico para que as artesãs possam planejar, gerir, produzir, expor e vender suas peças.

Segundo as ceramistas entrevistadas, hoje as suas artes são vendidas em lojas ou hotéis nas cidades turísticas. Isso demonstra que é fundamental a valorização dessa expressão artística para que seja possível desenvolver o planejamento turístico local e o empreendedorismo com essas mulheres, para promover a geração de renda, a igualdade de gênero e para que suas peças sejam preservadas, valorizadas e tenham suas identidades fortalecidas.

As ceramistas fazem a cerâmica, mas não têm pra quem vender dentro da comunidade, pois o acesso à reserva é ruim e não possuem um espaço adequado onde possam produzir e expor suas cerâmicas, artes e grafismos. Outro fator que veio dificultar essa situação foi o cenário de pandemia, que trouxe novos desafios e realidades. De acordo com a Entrevistada 3 até existe uma associação, mas não há movimentação. Hoje são 70 mulheres na Associação de Mulheres Indígenas Kadiwéu (AMIK).

O registro de patrimônio imaterial pode salvaguardar esse bem e valorizar a produção das peças e de seu grafismo. A comunidade busca por espaços para desenvolver o turismo na terra indígena com a integração da arte e pintura Kadiwéu. As ceramistas citaram a necessidade de se ter um espaço para divulgação e exposição permanente de suas peças.

Sendo assim, a identidade cultural dos Kadiwéu permanece e sobrevive nas memórias de seu povo, mas com novas roupagens que os jovens desenvolvem, mantendo seus artefatos em novos formatos e materiais. O desenvolvimento do turismo local e o registro da cerâmica Kadiwéu poderia fortalecer o desenvolvimento econômico e cultural da comunidade de maneira sustentável, gerando autonomia, valor e melhoria da qualidade de vida desse povo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. L. e. (Orgs.). *Patrimônio Imaterial: Disposições constitucionais: Normas correlatas: Bens imateriais registrados*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Recuperado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf?squence=1&isAllowed=y>
- BANDUCCI JR., A. Turismo e fronteira: Integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9(3), pp. 7-18, 2011.
- BATISTA, C. M. Memória e identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(3), pp. 27-33, 2005.
- BENATTI, C. *Gestão participativa da atividade turística: Pela valorização da identidade e legado cultural* (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Turismo, Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil, 2010.
- BRANCO, P. *Patrimônio histórico e turismo: Uma construção social*. Londrina: IPHAN, 2005.
- CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2001.
- CORRADINI, C. M. Os Guaikuru-Kadiwéu no contexto da Guerra do Paraguai: Fronteiras, relações interétnicas e territorialidade. *Diálogos*, 12(1), pp. 249-252, 2008.
- DECRETO LEI N. 3.551. *Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*. Brasília: Presidência da República, Governo Federal, 2000. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm
- FAVILLA, K. C., PIRES, G., & PEREIRA, L. R. *Plano de vida do território indígena Kadiwéu*. Campo Grande: Wetlands International Brasil / Mupan, 2019. Recuperado de https://mupan.org.br/_files/200001180-acbb4acbb7/PLANO_DE_VIDA_KADIWEU_book.pdf
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: IPHAN, 2003. Recuperado de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>

IPHAN. *Patrimônio cultural imaterial: Para saber mais*. Brasília: N. G. Brayner, & R. R. B. de Alencar, 2012. Recuperado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf

JOSÉ DA SILVA, G., & SOUZA, J. L. de. O despertar da fênix: A educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. *Sociedade e Cultura*, 6(2), pp. 149-156, 2003.

MÜLLER, A. M. *Índios Kadiwéu e posseiros na Serra do Bodoquena: Representações na mídia impressa acerca de um conflito* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil, 2011.

MÜLLER, A. M. *Arte Kadiwéu: Processos de produção, significação e ressignificação* (Tese de Doutorado). Instituto de Antropologia, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2017.

OLIVEIRA, T. C. M. de. *Território sem limites: Estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

OTA, D. C. Mapeamento da mídia fronteira em Mato Grosso do Sul. *Congresso Brasileiro de Ciências da Computação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, Recife, PE, Brasil, XXXIV, 2011.

PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, Cultura e Turismo*. Campinas: Papyrus Editora, 1993.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, D. *Kadiwéu: Ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

SAHLINS, P. Repensando Boundaries. In: A. Grimson (org.). *Fronteras, naciones y identidades: La periferia como centro*. Buenos Aires: Ediciones CIC-CUS/La Crujía, 2000.

SOUZA, J. L. de. A (in)visibilidade dos lugares Kadiwéu. Contribuições da geografia cultural para o estudo de populações indígenas. *Espaço e Cultura*, (23), pp. 53-66, 2008.

TEIXEIRA-DA-SILVA, R. *O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto: Conceitos, interlocuções e utilização turística* (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Turismo, Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil, 2010.

Contato com o autor: camila.benatti@uemg.br

Recebido em: 25/10/2023

Aprovado em: 02/06/2024

ⁱ Há a presença dos chamados Kadiwéu “puros” e dos “Cativos”, que em sua maioria eram descendentes dos Kadiwéu com os prisioneiros de guerra provenientes dos Mbayá.

ⁱⁱ Existem 14 etnias indígenas presentes nessa região, são elas: Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Makuna, Miriti-tapuya, Pira-tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanano.

ⁱⁱⁱ Dados disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606>

^{iv} É uma planta da família da Bromeliaceae, utilizada pelas ceramistas Kadiwéu para pintura e desenho.